

Dossiê “IPDMS, 10 anos de história e desafios”

Movimentos sociais, direito e políticas de reforma agrária: conferência de abertura do IV Seminário Nacional do IPDMS

Social Movements, Law and Politics of Land Reform: opening conference of the 4th National Seminar of the IPDMS

George Andrew Mészáros¹

¹ Universidade de Warwick, Faculdade de Direito, Reino Unido. ORCID:
<https://orcid.org/0000-0001-5748-3355>.

Submetido em 07/07/2022

Aceito em 29/07/2022

Como citar este trabalho

MÉSZÁROS, George Andrew. Movimentos sociais, direito e políticas de reforma agrária: conferência de abertura do IV Seminário do IPDMS. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, v. 8, n. 2, jul./dez. 2022, Brasília, p. 147-180.

insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais | v. 8 | n. 2 | jul./dez. 2022 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS
ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.
Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

Movimentos sociais, direito e políticas de reforma agrária: conferência de abertura do IV Seminário Nacional do IPDMS¹

Resumo

O presente texto é a transcrição da conferência de abertura do IV Seminário Direito, Pesquisa e Movimentos Sociais, realizada a 16 de setembro de 2014, na Universidade Federal do Paraná, acompanhada da discussão que se seguiu a ela. Na ocasião, o autor apresentou temas de seu livro intitulado *Movimentos sociais, direito e políticas de reforma agrária*, publicado em 2013. A conferência trata de questões referentes a movimentos sociais do campo, política de reforma agrária no Brasil, sociologia jurídica do poder judiciário, bem como de elementos epistemológicos e metodológicos sobre o quefazer pesquisador.

Palavras-chave

Movimentos sociais; Reforma agrária; Sociologia jurídica; Metodologia da pesquisa.

Abstract

The present text is the transcript of the opening conference of the 4th Seminar Law, Research and Social Movements, held on September 16, 2014, at the Federal University of Paraná, accompanied by the discussion that followed it. On the occasion, the author presented themes from his book entitled *Social Movements, Law and Politics of Land Reform*, published in 2013. The conference deals with issues related to rural social movements, politics of land reform in Brazil, legal sociology of the judiciary, as well as epistemological and methodological elements about research activity.

Keywords

Social movements; Land reform; Legal sociology; Research methodology.

Muito obrigado pelo convite, primeiro, do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS). Então, essa é a primeira coisa, realmente me sinto honrado. Raramente vou para conferências, tinha uma quase à minha porta, que se chama BRASA – The Brazilian Studies Association. Eu resolvi não ir achando que tem coisas mais interessantes e melhores. Mas quis vir muito para esta conferência aqui. Agradeço mesmo, acho importante. A segunda coisa, em *off*, eu preciso agradecer pela passagem de avião que não foi via Estados Unidos, mas foi direta. Então, não foi um voo de 30 horas, mas só de 12 horas. Agradeço muito. Vamos para a luta.

¹ Transcrição da conferência de abertura do IV Seminário Direito, Pesquisa e Movimentos Sociais, que teve por sede a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, ocorrido entre os dias 16 e 20 de setembro de 2014. A gravação foi feita por Anna Carolina Lucca Sandri e revisada por Ricardo Prestes Pazello, respeitando-se ao máximo a oralidade que caracteriza a palestra, a partir da gravação original registrada em vídeo, disponível no perfil do IPDMS no Youtube: <https://youtu.be/FQcfgnQuRBc>.

Eu não vim vender livro. Vou falar do livro, mas não vim vender. Acho que vocês já sabem disso. Mas o livro se chama *Social Movements, Law and the Politics of Land Reform* (MÉSZÁROS, 2013). É um livro publicado lá, mas que quero publicar aqui. A gente está em negociação para fazer isso, mas sempre tem um problema de tradução: vem e volta. Mas, enfim, eu vou falar um pouco sobre isso, mas também sobre minha visão de pesquisa. Isso é um elemento. Outro elemento: quando você recebe um convite desse tipo, você tem um dilema, o que eu levo para eles, o que eu falo, o que eles já sabem, qual vai ser a plateia? É difícil, você não sabe em que nível você joga o negócio. Quando eu ensino, falo para os estudantes, eu gosto de olhar para eles e muitas vezes eu vou utilizar um filme para ilustrar a questão. Nesse caso, infelizmente, porque tem um dilema, porque eu quero falar sobre certas coisas e eu detesto quando as pessoas leem, e eu vou ler. Então, é uma questão de faça o que eu falo, mas não faça o que eu faço – é assim que se fala? (*Do what I say, but don't do what I do*). Enfim, vou fazer isso um pouco, mas vou contar no relógio, porque eu acho que, sabe, em meia hora ou quarenta minutos, a plateia começa a dormir. Então, vou limitar e talvez cortar a fala.

Só vou citar um pequeno trecho do livro, que é um livro que basicamente fez um estudo de caso sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que foi uma organização escolhida por vários motivos. É uma investigação qualitativa. Sou um pesquisador que já fiz coisas mais quantitativas, mas é uma coisa qualitativa no sentido de entrevistar pessoas, sejam pessoas dos movimentos ou pessoas do Estado. E eu vou voltar sobre essa questão. Chega de preliminares e vamos à luta.

Aliás, é sempre um dilema. De fato, eu sou um sociólogo e eu vou retomar a direção do PhD agora. Infelizmente, vão me fazer que eu tenha que ser diretor de novo do PhD. A gente tem, em Warwick University, uma coisa, um mestrado que se chama International Development Law and Human Rights – Direito do Desenvolvimento Internacional e Direitos Humanos. Então, eu vou fazer aquilo, mas ensino em várias áreas, Direito Constitucional, também ensino na vertente, sim, dos movimentos sociais, mas também em uma outra vertente que eu acho bem importante e que é sobre a área financeira, quer dizer, o que o Estado faz. É entender um pouco como o sistema funciona, como se rege, e quais são os problemas que surgem dentro do sistema independentemente de movimentos sociais, que é o que estamos fazendo hoje. E, finalmente, sobre dilemas: por que estou lendo hoje uma coisa escrita, que é uma inversão do normal? Como eu falei, eu geralmente gosto de olhar as pessoas, pois é importante. E quando eu fui

entrevistar as pessoas, eu fui com um amigo meu e falei para ele: “bom, vou usar fita cassete ou não?” Ele falou: “não, em hipótese nenhuma, porque senão, em *off*, elas não vão relaxar e falar tudo o que têm que falar”. Mesmo assim eu decidi fazer isso, porque eu era estrangeiro, não iria fazer assim olhando a página. Eu queria olhar a pessoa, mandar a conversa para frente, acho isso super importante, porque geralmente utilizar fita cassete, gravar como método, funciona bem, porque depois de um prazo você esquece. Esquece a tal ponto que uma vez eu entrevistei um chefe do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que me falou várias coisas, muito abertamente. Em vez de eu pegar a fita, correr para fora da sala e dizer ótimo, eu falei para ele: “olha, eu estava gravando, você realmente quer que eu pegue isso?” “Tranquilo, pegue, pegue”. Foi realmente bom. Mas, infelizmente eu peço desculpas para vocês, eu vou ler isso. E eu vou ter, infelizmente, de traduzir simultaneamente porque é em inglês. E, de vez em quando, eu vou perguntar sobre o que é controle de inconstitucionalidade, ato administrativo ou alguma coisa assim. Então, as preliminares acabadas, por favor, tenham paciência comigo. E é isso, *let's go*, vamos nessa.

Isso foi escrito antes de Lula e Dilma, mas esse livro traça o falecimento, vamos dizer, consistente da reforma agrária, apesar de promessas constitucionais. Infelizmente, apesar de dois governos Lula e a presidência de Dilma, essas promessas continuam não realizadas. Aliás, eu acho que tem uma base para fazer um argumento: é a ideia de que essa perspectiva de reforma agrária está retrocedendo, para um tempo agora. Eu acho que essas são coisas com que vocês estão, de alguma forma, familiarizados, vocês conhecem muito bem. Mas algumas razões para indicar uma perspectiva um pouco negativa – claro que não vai ser tudo negativo, certo? – são as seguintes: uma é o poder de classes da terra, em termos sejam econômicos, por exemplo balanço do comércio, e até políticos. Os sucessos econômicos, aqui, são bastante extraordinários mesmo que insustentáveis, no prazo longo, ou predatórios, em relação ao meio ambiente. Essas são coisas que, de novo, vocês sabem muito bem. As disfuncionalidades do sistema brasileiro, o complexo da agricultura, são muito bem conhecidas: a monocultura, por exemplo, de cana de açúcar ou laranja, a monoprodução, é muito bem conhecida. Ou a dependência de exportações à China ou a importação de comidas básicas. Em termos comerciais, porém, taxas de crescimento são expressivas – eu entendi que a economia brasileira está em um momento de recessão agora etc. Porém, na área da agricultura, a tendência foi, e continua, de crescimento. Então, isso é uma espécie de fortalecimento dessa área. Então, isso é um dado de poder econômico e político dessas classes.

Segunda área: também acho que muitos de vocês pode ser que conheçam muito bem isso que é uma espécie de capitulação do Partido dos Trabalhadores (PT), falando em termos federais, ao poder desses interesses. Nós podemos argumentar, discutir sobre se o PT foi empurrado ou se jogou, mas o resultado é basicamente o mesmo. Isso é exprimido ou expressado em termos, por exemplo, do chefe do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que consistentemente vai para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), os aliados do governo. E uma espécie de marginalização de certos ministérios, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Também, nós temos visto uma mudança no discurso do PT na direção do que alguns chamam de “desenvolvimentismo” e ainda, por exemplo, o discurso sobre reforma agrária de qualidade, como se a reforma agrária que tinha antes fosse somente de quantidade, o que não é uma reforma agrária, pois as duas têm que vir juntas. Ou, por exemplo, as expressões “favelas rurais”, isso também é uma maneira de caracterizar as coisas.

Terceira área, em termos de certos desafios, em um clima meio que problemático, que são enfraquecimentos, eventos de enfraquecimento dos movimentos sociais mesmos. E essas são coisas comumente discutidas pelas pessoas. Eu acho que não estou trazendo nada de novo, e posso estar enganado em alguns etc., mas é falado um pouco nestes termos. Um elemento é sobre capacidade, que vai para um certo declínio, de mobilizar, em termos de ocupações de terra – e agora podemos discutir sobre quais são os motivos para isso. Outro elemento são mudanças nas estruturas de famílias, especialmente, por exemplo, no sul do país, que implicam, por exemplo, um decréscimo de gerações que sucedem. Mas isso são coisas particulares, que você tem que ver, depende do caso etc. Outro pode ser também o aumento de perspectivas de emprego, mesmo que extremamente precário: sempre tenho em vista que isso é uma questão fundamental em qualquer situação, seja de movimentos sociais seja a um plano econômico. Quer dizer, qual é a sustentabilidade do sistema? Sempre essa tem que ser a pergunta fundamental. Então, eu vou falar da Inglaterra, do sistema financeiro: a ideia do crescimento infinito para mim nunca bate com a realidade. Podemos ir atrás, mas é uma coisa a meu ver que insustentável. Então, mas eu estou registrando aqui aumento de perspectiva de emprego mesmo que precário e, portanto, alternativas econômicas. Outro elemento: mais fontes de apoio do Estado, em termos de programas – Bolsa Família, seja o que for. Outro, que vocês bem sabem: a mídia, que bate em cima de movimentos sociais dia a dia, de hora em hora, todo o tempo. E, finalmente,

tem elementos até históricos, de divisões entre movimentos sociais. É uma questão que está sendo abordada até pelos movimentos sociais, no campo rural, em termos de unificação, alianças etc. Então, ninguém precisa que eu fale isso, mas é o quadro do que eles sabem muito bem. Enquanto eles representam uma mudança significativa de circunstâncias – e, aliás, por exemplo, o MST está repensando essa questão de reforma agrária, como vê-la nesse contexto de agora –, não fazem com que as questões que eu observo no livro sejam ultrapassadas, porque eu estava olhando para algumas questões de alguns anos atrás, 10 anos atrás etc. Mas, para mim, ao contrário de fazer com que o livro seja ultrapassado, eu acho que aumentam várias das propostas de dentro do livro, dentro da minha pesquisa.

Muitos de vocês têm uma boa ideia do porquê teve uma falha em termos de promessas constitucionais consistentes – eu não vou ensinar a missa para o vigário, vocês bem sabem. Mas eu vou, brevemente, rapidamente, tocar nisso. Antes disso, porém, eu vou levantar o fato de que, entre muitos observadores acadêmicos, especialmente lá fora, *overseas*, em outros países, eles acham difícil entender por que não bate: por que a Constituição não vale nessa área tão básica, quanto tempo está lá a Constituição? Tem versões e versões e continua, sabe, a gente vai atrás, atrás e continua. Como pode ser uma coisa tão básica quanto essa? E as suas razões ou ficam em uma espécie de mistério do que pode ser, ou seja, um mistério ou são explicadas em termos de discricionariedades externas. É uma coisa que impede o que funciona e que, deixado por conta própria, iria funcionar. Então, uma das favoritas é a corrupção.

Então, quando eu estava vindo para cá, eu vi uma propaganda de um livro de um advogado e blábláblá, doutor etc. O título era *Corrupção*. Imagino que vá vender bem etc. Tem uma tendência de se ver, por exemplo, sistemas de países “em desenvolvimento” como atrasados ou sujeitos a corrupção e eu acho, vamos dizer, um elemento de humildade e de autocrítica necessário por parte dos observadores de fora. Por exemplo, se a gente pensar um pouco sobre a crise financeira recentemente, é uma crise extraordinária. Eu nem vou falar disso, acho que vocês todos sabem, mas tinha um leque de leis, um número enorme de leis, de regulamentações. Não sei, vocês têm cartão de crédito, aqui: quando o banco escreve para vocês, vocês recebem um folheto falando das condições ou não? Como consumidores, recebemos páginas dizendo os direitos, qual é o termo, qual é isso, qual é aquilo, super super regulamentado e todos esses sistemas financeiros são altamente regulamentados, em um nível altamente sofisticado, a tal ponto que a gente

vai dando aulas, mandamos peritos para o resto do mundo para classificar como você pode fazer um bom sistema financeiro etc. E foram à falência, faliram. E faliram de uma forma absolutamente extraordinária, mesmo com a sofisticação.

Aliás, sobre a regulamentação do sistema, eu não vou fazer uma distinção entre leis e regulamentação. Eu acho que é uma espécie de gestão vinculada, às vezes o Estado mesmo pode falar que organismo X vai cuidar desse assunto, vai regulamentar os bancos etc. – “Financial Services Authority”, por exemplo (eu sei que não vamos falar de finanças hoje, mas enfim) –, formas superintrincadas, complexas que podem regular. Mas quais são os problemas? Muitas vezes, criaram culturas de acomodação entre quem regula e quem é regulado; e quem cria a lei e para quem a lei serve, quer dizer, é uma espécie de simbiose – ou seja, vai para o parlamento ou o Senado dos Estados Unidos e veja a legislação que foi criada sobre o sistema financeiro e como foi mudada, faz uma pesquisa sobre isso, é muito fácil e muito claro: o sistema político foi tomado por esses setores, claramente. Agora vamos falar que isso é corrupção ou não corrupção? Para mim não importa, a gente estaria debatendo sobre o sexo dos anjos. Se é corrupção ou não, para mim não importa, pois é sistêmico, é uma lógica, uma lógica que trabalha e explora a coisa.

O problema é sempre, para mim, em termos de um discurso sobre a corrupção que sei que existe – e vou falar disso um pouco –, por exemplo, não ver a lógica com que as pessoas têm que trabalhar. Você vai trabalhar dentro de uma dessas reguladoras (*regulators*) e suas opções, por vezes, são muito apertadas, é muito difícil trabalhar isso. Então, isso me remete a uma coisa muito mais interessante: quais são as correlações de forças. Aí, um paralelo aqui. Para mim o discurso de corrupção é um pouco limitado, porque tem, vamos dizer, imperativos (*imperatives*) materiais que vão empurrando. Vou dar um outro exemplo rápido: os ditos oligarcas russos, que agora a gente está questionando e blabá. Mas vejam a Grã-Bretanha: a Grã-Bretanha fala sobre a lavagem de dinheiro nos outros países, mas a gente fala: “vem, deposita em Londres, vem, vem cá”. Será que a gente não investigou de onde vem o dinheiro dessas pessoas? *Never*, nunca, nunca investigaram. Isso é muito propositalmente. Se se chama isso de corrupção ou não, bom, eu deixo para vocês decidirem se é corrupção. Mas vocês vejam, vamos dizer, os excessos de imperativos materiais que fazem com que isso aconteça. Então, por isso, que falei, *a little bit of humility*, um pouco de humildade.

Eu falo que nunca fui muito convencido sobre essas questões de corrupção como formas de explicação. Claro que elas existem, mas também é outro problema. Muitas vezes, o discurso da corrupção é uma maneira de atacar o Estado, porque quando você vê o nível internacional, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial etc., é uma maneira de dizer corrupção do Estado. Mas muitas vezes você precisa de um correlacionamento: quem vai cometer? O setor privado, é um troca-troca. Então, não é só o Estado. Enfim, vamos parar aqui porque também há outro problema com esse tipo de discurso que faz um enfoque sobre qualidades de inimigos, as ditas maçãs podres (*rotten apples*) que existem. Aqui, ninguém de vocês precisa que eu os convença disso ou que eu convença que não existe. Existem, mas eu só acho uma espécie de desvio em termos analíticos, é isso que eu estou dizendo.

Então, quais são esses os fatores em relação com o sistema jurídico? O que eu acho é que o sistema jurídico é imbricado em outros fatores como, por exemplo, culturais, fatores econômicos, fatores políticos e fatores ideológicos. Vou dar um exemplo cultural muito curto, também falando da Inglaterra. Agora saiu um relatório, uma cidade lá, onde houve um caso de mil e quinhentas crianças, em uma cidade só, de que foram abusadas sexualmente. Como isso aconteceu? Um elemento chave era, vamos dizer, a cultura de cumplicidade da polícia de não investigar essas questões. Não vou debater por que etc., etc. Ou falar de pedófilos na área de atores e atrizes famosos que abusarem etc. E até dentro do parlamento existia uma cultura de impunidade e uma aceitação, até por parte de quem era vítima, que achava que não podia fazer qualquer coisa contra isso. Então, medo, claro, de crianças: “quem vai acreditar em mim?” Ou você vai para polícia e a polícia chama você de “puta” ou seja o que for. Então, muito problemático, mas isso é um exemplo de uma cultura que existia. Só na área da cultura, sem falar de questões econômicas, políticas e ideológicas etc. E o que eu constato no livro é uma coisa que vocês bem sabem, que há uma inevitabilidade de relações de poder afetarem o sistema jurídico. Seja para o mal, que vocês bem conhecem, mas também para o bem, porque às vezes dá para mandar a coisa para frente. Aí a questão é como dar para mandar a coisa para frente. Mas enfim, você tem a presença de relações de poder em todos os aspectos da produção e da reprodução do direito. Acho que é, mesmo, uma coisa universal, não é único daqui, eu constatei aqui, mas é um fenômeno universal. É uma coisa que eu não baseei em uma grande teoria, mas em observação empírica. Essa é a natureza da pesquisa que eu fiz. Dá para ver isso, com muita força, na questão agrária. Se você quer entender isso, para mim, a

explicação não é corrupção. Isso existe, mas é muitas vezes na questão da correlação de forças, aí você tem que analisar determinados exemplos etc.

Outra observação que eu fiz foi o impacto dominante dessas relações sobre *outcomes*, os resultados, vamos dizer, os resultados jurídicos. Quer dizer, qual é o resultado do produto do processo jurídico? Muitas vezes, o resultado é profundamente negativo. Por exemplo, se a gente pergunta se o sistema jurídico contribui para a solução da questão da reforma agrária nesse país: nem vou fazer uma pesquisa aqui agora, mas não sei quantas pessoas vão colocar a mão para cima. É uma outra pergunta se você fala: pode contribuir? Porque eu acho que a resposta da pesquisa é que, profundamente, pode contribuir. Aí é um conflito, tem discussões etc. Então, tem um impacto dominante dessas relações sobre os resultados e esses resultados muitas vezes, infelizmente, são negativos. Quando eu penso sobre os problemas da reforma agrária, apesar de promessas constitucionais, é marcante como os problemas persistem de ano para ano, de década para década, de administração para administração, seja militar ou democrática, seja, nominalmente ou praticamente, de direita ou, nominalmente, de esquerda, contém uma continuidade que é impressionante. Aí você tem que fazer a pergunta: mas como é que tem essa continuidade? Por que tem essa continuidade?

Então, o livro fala um pouco sobre isso e, infelizmente, sobre como o complexo jurídico tem uma tendência, muitas vezes, de tornar permanente ou exacerbar esses problemas. Por exemplo, a gente já sabe, a criminalização, isso é um exemplo óbvio, que os movimentos sociais enfrentam. Isso é de praxe, normal. A criminalização é uma coisa muito normal. Mas tem os outros elementos, por exemplo, como os juízes rotineiramente multiplicam dentro dos julgamentos deles o preço da compensação de terra. Quando você multiplica isso, estamos falando de 5 ou 14 vezes acima do preço de mercado. Bom, isso faz com que o Estado ou, vamos dizer, a política de Estado fique, em termos econômicos e de poder aquisitivo, mediante pagamento de compensação por justo valor etc., privado de força para efetuar a reforma agrária. Então, existe muitas vezes também uma miopia metodológica, de tal forma que assuntos constitucionais não são levados em conta em nenhum nível que deveria ser levado em conta.

Finalmente, eu boto para frente o terceiro argumento, que é absolutamente vital. Até agora, foi um pouco negativo o discurso. Bem, é por aí. Trata-se da ideia do que é o papel essencial e positivo jogado pelos movimentos em

termos de compensar ou reverter esses “inbalanços” de poder e de, também, os movimentos sociais realizarem o potencial do direito, o potencial positivo. A gente não tem tempo, mas isso vem com uma clareza muito grande. Não quero exagerar o grau em que isso pode ser feito. Esse papel positivo são potencialidades que são realizadas em determinadas circunstâncias e você tem que ver caso a caso, o que é, quando é, da forma que é etc. Pontal do Paranapanema é um exemplo disso: você tinha a questão da terra devoluta etc. Certos elementos também: sob a ótica de São Paulo, Mário Covas era governador na época, tinha uma certa correlação de forças. Sem falar, claro, do MST, nesse caso, ocupar a fazenda vinte vezes, vinte e três vezes. Mas foi uma combinação em que houve um certo reajuste. Então, a gente não pode exagerar esse sucesso e, às vezes, por exemplo, é uma espécie de dilema para pesquisadores: em que grau você critica e analisa essas questões e em que grau você celebra? É um pouco a questão de intelectuais orgânicos vinculados ao movimento: em que grau você, seja um observador ou um crítico, pode fazer uma crítica leal, uma crítica de dentro? Qual é o seu papel, no final das contas, como intelectual? Mas quando eu falo em redimir o poder da lei ou voltar ao poder ou realizar as potencialidades do direito, eu falo que são as potencialidades. E, infelizmente, no caso do Brasil, essas potencialidades muitas vezes acontecem sob circunstâncias que são muito adversas. Isto é um fato, você tem que trabalhar com esse fato, aliás, vocês trabalham com esse fato no dia a dia. Então, essas oportunidades são difíceis de explorar. Mas, por exemplo, atos que realizam essas potencialidades que levam a fluir são, muitas vezes, numericamente isolados. Mas quero ressaltar uma coisa. Na ausência, a meu ver e isso não é um exagero, mas na ausência de pressão de movimentos sociais, ao meu ver, isso é uma conclusão do livro, essas potencialidades nunca seriam realizadas. Então eu trato assim, a tendência majoritária tem que empurrar, pressionar e lutar etc. E temos, então, o papel qualitativo dos movimentos sociais que, ao meu ver, é absolutamente fundamental, mesmo que quantitativamente seja um cálculo muito complicado. Isso que eu quero dizer quando eu falo de um papel positivo dos movimentos sociais em relação ao direito.

Deixa eu falar, superrapidamente, sobre esse papel dentro de um dos capítulos do livro. Como, por exemplo, o *establishment* jurídico respondeu à pressão social. Muitos de vocês sabem do julgamento do Vicente Cernicchiaro, *habeas corpus* etc.? Dezesseis anos depois. Por que você sabe disso, posso te perguntar? E foi um caso importante? (*dirigindo-se a uma pessoa da plateia*). É do *habeas corpus*. Esse é o caso das mil palavras (*one thousand words*), ele é um parecer de mil palavras que, se vocês não leram,

can you read this, leiam, é supereconômico – detesto quando as pessoas ficam blábláblá – e esse é *really very very economical*. Por que eu gostei? Bom, eu gostei do resultado, óbvio, isso ajuda, porque ele deu o *habeas corpus* para o MST, a libertação, efetivamente, de pessoas que estavam presas por esbulho possessório, enfim, essas expressões. Mas por que o julgamento foi interessante? Porque foi econômico, era abrangente, era sutil, era tecnicamente muito bem fundado, mas tinha um elemento outro, era humano, tinha uma visão também social. Então, era abrangente de uma forma que muitas vezes não existe, infelizmente.

De passagem só posso falar uma coisa rápida que ele fala, vou retraduzir, mas ele fala em certo ponto: a conduta do agente engajado em esbulho possessório é substantivamente distinta da conduta de uma pessoa que tem interesse em reforma agrária. *Wow, that's good!* Vamos de novo, estou traduzindo mal: a conduta do agente engajado em um esbulho possessório é substantivamente distinta da conduta de uma pessoa com interesse em reforma agrária. Aí, de repente você vem para o centro, é uma maneira completamente diferente de ver essa questão de criminalização. Outra coisa, estamos falando do Superior Tribunal de Justiça, no topo. Era exclusivamente o poder dele, como juiz, para tomar essa decisão. Aliás, a corte abaixo, do Tribunal de Justiça de São Paulo, achou uma outra ótica. Veja bem o que o juiz falou a respeito disso, que se eles deixassem o MST continuar seria a morte, citando a morte do Estado. A morte do Estado! E o Estado morreu! É incrível absolutamente. Mas enquanto era a decisão do tribunal, também tem o direito dos juízes, de outra instância, de tomar a decisão deles. E ele também falou da impunidade do movimento, sendo permitida. Mas a decisão do Cernicchiaro nunca poderia ter sido feita sem a pressão do movimento, das lutas e então iria acontecer. E é nesse sentido, por exemplo, que você pode falar em uma espécie de dialética de mudança jurídica em que não somente você tem mudanças por figuras de dentro do livre *establishment*, do estabelecimento jurídico, como Cernicchiaro (esse outro nem vou mencionar), mas também você tem mudanças sociais por fora que pressionam e é um papel absolutamente fundamental, indispensável. E muitas vezes essa tensão mais construtiva – agora estou olhando mais para trás – é ou ignorada ou, como se diz, caracterizada, pichada de uma forma absolutamente negativa, sobre o MST, mas também outros movimentos sociais, pois eles são, cotidianamente, colocados como subminando o estado de direito e não como até, de certa forma, contribuindo para o estado de direito e reivindicando certos direitos que estão contidos lá, mas que são

continuamente ignorados. Por exemplo, a função social da propriedade, que é uma coisa que está lá, está posta, mas é ignorada.

Então, nesse sentido, é difícil talvez acreditar que tenha um sentido em que os movimentos sociais estão educando e até conscientizando o estabelecimento jurídico brasileiro. *It's hard to believe!* Conscientizando, educando o sistema jurídico brasileiro..., mas acontece: a gente tem casos após casos após casos, uns mais bem sucedidos, muitos outros não, mas está acontecendo. Claro, também, que tem que ter um sentido de perspectiva, muito grandioso como uma ideia, mas com o impacto qualitativo um pouco limitado, é uma batalha dura e difícil.

Mas não estou confinado aos movimentos sociais. Quando eu perguntei para o Cernicchiaro: “então, para o senhor, qual é o impacto dessa decisão, por exemplo, perante o resto do judiciário?” Ele falou: “é limitado”, porque é o controle difuso da Constituição etc. Então, mesmo para ele, é meio que complicado isso e para os movimentos sociais então! Ele corta para os dois lados, entre aspas.

Tem a questão da súmula vinculante, mas também qual é a causa, a natureza profundamente conservadora, como vocês sabem, do judiciário brasileiro, em que não se tem, muitas vezes, eco. E como você muda a cultura? É uma coisa tão difícil. Nesse sentido, você está tentando mudar a cultura da própria Igreja Católica, quem sou eu para julgar sobre a homossexualidade? É uma coisa muito difícil de mandar para frente, enfim.

Incidentalmente, uma área de pesquisa que eu gostaria de ver, talvez já foi feito, é uma espécie de sistematização para colocar essas questões em qualquer tipo de perspectiva. O problema, por exemplo, desse livro é que são casos que a gente pode celebrar simbolicamente etc., mas quando eu tento, como pesquisador de fora – talvez, não sei, aqui vocês encontrem o mesmo problema –, encontrar um sentido de como é o sistema jurídico brasileiro, espera, é muito difícil pegar isso. Eu já ouvi falar dos juízes progressistas no Rio Grande do Sul, juízes pela democracia, em São Paulo, ou, por exemplo, no norte, um conservadorismo reacionário. Eu já ouvi um juiz falar para mim: “não, lá no norte é que nem idade média”. É esse o tipo de caracterização. Mas, por exemplo, é uma coisa que eu gostaria que fosse sistematizada mais. Talvez eu esteja pedindo o impossível e, provavelmente, eu estou, eu sei que eu estou, porque a gente está discutindo um país de

proporções continentais. Como você vai fazer uma sistematização de um país de proporções continentais?

Eu vou fazer uma saída rápida. Alguns anos atrás, eu fiz um livro, com outros britânicos – Lee Bridges e Maurice Sunkin –, que se chamou *Judicial Review in Perspective* (MÉSZÁROS; BRIDGES; SUNKIN, 1995) – sobre controle de constitucionalidade administrativa, é isso?, colocando isso em perspectiva. Quer dizer, bem simples: quando o Estado é administrado... – vamos dar o exemplo dessa universidade, se tratam um estudante mal em termos dos procedimentos, isso pode ser apelado nessa instância, mas, vamos dizer, é muito mais importante que isso. Por exemplo, o Estado que não providencia o serviço de um Estado de bem-estar: moradia, dinheiro para sobrevivência, várias coisas ou, por exemplo, o Estado que impede que você, como um imigrante refugiado, entre no Estado, que toma uma decisão sem ver as próprias diretrizes dentro da lei, a gente apela para esse sistema de *judicial review*. Então a gente investigou isso, o que foi interessante. A gente ficou com esse título – “colocando em perspectiva” e para a gente foi interessante porque tinha uma ideia de que era somente uma questão do indivíduo levar o Estado para a corte, para a justiça. Então era a ideia do cidadão fazer, reclamar e pedir os direitos e com um sistema que era barato, acessível, bom, efetivo etc. – e os juízes acreditaram nisso. Eles estavam no topo do sistema, mas a certo ponto eles começaram a questionar e nós fomos fazer essa pesquisa. Fomos rastreando todos os documentos etc. E qual foi a conclusão dessa perspectiva? Bom, foram várias, por isso, eu uso “social legal”. Mas quais foram os resultados?

Primeiro que não tinha acesso para outras pessoas, porque não tinha justiça gratuita (*legal aid*), o que era uma espécie de porta que se fechava para muitas pessoas e não se pode esquecer isso. Outros elementos: dependia de quem era o juiz com que você fosse ficar na frente – isso é meio que óbvio para todo mundo aqui, você sabe que esse juiz é conservador, esse é isso etc. Mas nós fomos provocar isso, porque os juízes lá acham que são superobjetivos etc. Apresentamos para eles: é isso, isso e isso, vejam os resultados. Meio problemático quando a variável não é o caso, é o juiz. Também como Cernicchiaro, você sabe que a variável não necessariamente é o caso, é o juiz. Isso é óbvio, mas que tem que ser colocado, mostrado. Então, chances de sucesso variam.

Outros mitos, por exemplo: a ideia de que é o cidadão contra o Estado. Muitas vezes, é o Estado contra o Estado, o governo central tentando

subminar o governo local. Porque nós não temos um sistema federativo, temos um sistema parlamentar, um Estado unitário (vamos ver o que acontece na Escócia agora, mas não vou falar disso). Mas, enfim, foi muito importante.

O que eu quero dizer com isso simplesmente é que, na nossa pesquisa, nem os juízes que estavam no ápice, no ponto mais alto do sistema, sabiam o que estava acontecendo e, nesse sentido, eu acho que pesquisas feitas por um estrangeiro, de fora do Brasil, às vezes pode ser uma coisa boa, porque, às vezes, está tão na sua cara que você não vê o óbvio e vice e versa, o que as pessoas veem da Inglaterra. Às vezes, os meus estudantes, os meus alunos, eles falam: “ah, que tal isso?”, puxa, nunca pensei nisso, porque para mim era tão óbvio que eu realmente não pensei. Às vezes, a perspectiva de fora é importante e, nesse caso, foi. E os juízes aceitaram isso. Mas eles aceitavam o princípio da importância de fazer esse tipo de pesquisa, tinha, vamos dizer, uma brecha, em termos de uma abertura para esse tipo de coisa, que era importante. A gente nunca poderia ter feito a pesquisa sem o aval, a ajuda deles, porque eles abriram os dados. Eles queriam entender o processo, mas claro que a gente tinha a nossa agenda.

Qual era a minha agenda? Eu tinha trabalhado para uma organização não governamental (ONG) que levava exatamente o Estado, muitas vezes, à justiça. Por quê? Para exatamente reivindicar direitos de pessoas que não tinham direitos ou que eram ignoradas, marginalizadas etc. E houve resultados práticos. O problema é que eu posso querer que eu tenha uma visão mais sistematizada aqui do Brasil, mas e a Inglaterra? Eu falei: “ah, não, a gente fez *Judicial Review in Perspective...*” Mas temos os nossos casos, que são superdelicados, somos um paizinho, sabe? 60 milhões, 65 milhões, talvez vá diminuir agora por causa da Escócia, mas são 65 milhões. Você consegue botar a Inglaterra dentro de São Paulo. A gente precisa de um sentido de perspectiva.

Tem uma única última coisa: sobre a minha pesquisa, a maneira de pesquisar sempre abordei de uma forma holística. Eu percebi isso hoje quando estava escrevendo alguns toques aqui: pensei, puxa, é verdade, eu faço assim. O que eu quero dizer com isso? Isso não é, sabe, o budismo, não é esse sentido de holístico. É no sentido de ver processos, processos me interessam, não processos nos termos de casos de justiça, mas processos, exatamente, porque a minha formação foi na área de ciências políticas, eu vim para o Direito depois e não antes. Então, essa foi minha abordagem, assim que acabei aqui.

Então, por exemplo, a gente não só olhava o caso no papel. Eu detesto quando pesquisadores dizem: “a gente faz pesquisa e vamos pegar um papel e o papel vai mostrar tudo”. O papel, na maioria dos casos, não mostra nada ou mostra o que a pessoa que escreveu o papel estava achando que era importante ou que era importante deixar fora as coisas que eram irrelevantes. Então, como pesquisadores você tem que capturar utilizando outros meios de fazer isso.

Então, o que a gente fez? A gente entrevistou advogados, representando ambas as partes, seja do Estado seja dos movimentos sociais, para ver como afetavam os interessados, os envolvidos. E é muito interessante, porque às vezes você tem aquele bate e volta, em que você percebe dinâmicas de que você não tinha ideia, você nunca tinha pensado nessa possibilidade. A mesma coisa eu diria do livro sobre os movimentos sociais, porque eu falo *Social Movements, Law and the Politics of Land Reform*, mas eu estou olhando, metade do tempo, para o Estado. E com razão, é absolutamente necessário e fundamental. O meu centro de gravidade – se dá para dizer isso, *the center of gravity* – do livro ou da pesquisa pode ser orientado, os meus valores, na direção dos movimentos sociais, mas também eu acho essencial olhar o papel de atores dentro do Estado. Acho que muitas pessoas, aqui, vão concordar com isso.

Por que é importante? Primeiro, porque o Estado é cruzado por interesses conflitantes, disputas internas. Exemplo: advogados de INCRA que, por incrível que pareça, muitas vezes – não, preciso consertar – às vezes, você tem – eu descobri e vocês vão saber –, advogados que são opostos à reforma agrária, trabalham para o INCRA, mas são opostos à reforma agrária. Como funciona um agente administrativo se tem um advogado – como chamam? – “pentelho”? Pentelho tipo errado: “vou pentelhar aqui, mas vou ignorar á”, um tipo de pentelho, pentelho ideológico. Então isso faz com que a tramitação do processo jurídico fique extremamente difícil, pois eles são contrários ao *ethos* e aos fins da própria agência.

Porém, da mesma forma, você tem muitos advogados dentro de INCRA que tomam um papel corajoso. Eu constatei isso. Há um exemplo do livro, em Bagé, quando você tinha os advogados que iam fazer vistorias e foram impedidos por mobilizações de donos de terra, literalmente. Eu lembro, um deles falou para mim: “a gente nem podia comprar uma caneta na cidade”. Então, é um *show* de força e, infelizmente nesse caso, acabou mal, as vistorias não foram para frente etc. Você tem aquele chefe do INCRA que, aliás, era

do Ministério Público, que queria que a lei valesse e que foi secundado. Você chama isso quando você tira do Ministério Público e você tem uma licença, uma espécie de licença, e ficou como chefe do INCRA lá no Rio Grande do Sul. E o que aconteceu? Ele foi demitido na época, mas por razões bastante complexas, é interessante ver esses casos, mas ele queria. Então, de novo, é por isso que não aceito a ideia de corrupção, porque aqui você tinha alguém que queria que valesse e outros que queriam: o juiz que deu, que julgou a favor do INCRA, dizendo que vocês podem entrar para fazer a vistoria etc. E foi tirado debaixo deles, esse é um exemplo concreto do que eu chamo de correlações de forças, porque isso foi um resultado concreto.

Vou dar outro exemplo – vou acelerar aqui, porque a gente tem que sair – mas vou dar outro exemplo: o procurador-geral do estado de São Paulo, na época, e o Nelson Jobim, que era o então ministro de justiça – de injustiça! E o que ele queria fazer? Bom, ele foi visitar o Ministério Público e ele estava fazendo uma espécie de *tour* – não aquele *tour* da Itália, sabe, ir fazendo o *tour*, galerias e... Esse foi outro *tour* e foi um *tour* da cassetada. Então, ele foi de um Ministério Público para outro etc. Eu conversei com o procurador e ele disse: “não, ele chegou em casa para dizer que vocês têm que bater” e ele resistiu. Ótimo, então isso é um exemplo de grandes conflitos que cruzam o Estado, a importância de agentes de direito do Estado etc. Mas imagina em outros estados onde ele foi, onde eu não pesquisei, porque eu não posso fazer tudo. Mas imagina nos outros, porque vão dizer: “bem-vindo ministro, então, a gente vai te ajudar”. Isso é, enfim, a importância dos agentes do Estado.

Eu falo um outro exemplo, da carta de Ribeirão Preto, não sei se alguns de vocês estão sabendo, mas foi uma carta produzida por advogados dentro do INCRA, do Ministério Público, também movimentos sociais, apoiando a ideia de que a terra tem que cumprir a função social. E isso foi em um caso de Matão. Não vou entrar em detalhes sobre Matão, mas Matão era ocupação de terra produtiva e vou falar rapidamente. Quanto tempo vou ter para falar. Vocês aguentam mais? Dez minutos, ok? Eu vou tocando daí a gente para. Mas o exemplo é da ocupação dessa usina Ximbó que era perto da cidade de Matão. Muito interessante. Nesse caso, o MST vai lá, ocupa a terra produtiva de cana-de-açúcar e os fazendeiros, que eram uma companhia superendividada etc., pedem reintegração de posse. E, na primeira instância, a juíza negou a reintegração de posse e ela negou exatamente citando a questão da função social da terra etc. Claro, é São Paulo, foi apelado, foi para outra instância etc., mas simbolicamente eu acho superimportante. É isso

que eu quero dizer quando eu falo da pressão e da mudança da jurisprudência por movimentos sociais.

Eu vou tentar fechar as coisas, quero dar uma chance para outras coisas. Mas eu vejo, da minha perspectiva, que enquanto os movimentos sociais estão aguentando estresses e dificuldades, em parte por razões que eu falei no início, sejam econômicas sejam do grau de amparo que recebem de partidos políticos ou sejam por questões estruturais dentro dos próprios movimentos, sejam sociológicas ou sejam políticas, mas uma coisa, apesar desses estresses, eu acho que, em termos de desenvolvimento – pode ser interessante saber se vocês discordam etc. – a respeito do Direito, eu vejo as tendências de uma forma – e não sei como falar isso – absolutamente positiva. Claro, não estou dizendo que é um país das maravilhas, não é isso, mas a direção de viagem sempre é importante. Quando alguém tem tratamento para câncer, eu sempre faço a pergunta, porque tem etapas e etapas, você passa por etapas e, para mim, há sempre uma questão que eu faço: qual é a direção de viagem? Uma direção positiva ou negativa? E quando faz assim: positivo, positivo, positivo, eu acho [que é boa a direção]... E a tendência, ao meu ver, é, sim, muito positiva, mesmo porque a gente pode dar como exemplos mudanças dentro de universidades: o fato de ter uma reunião como essa, isso foi impensável anos atrás, impensável, então tem um eco. Mas também você tem um apoio entre estudantes, você tem apoio entre acadêmicos, você tem organizações como RENAP, mas também você tem mudanças dentro dos movimentos próprios, que valorizam esse tipo de trabalho, trabalho jurídico.

Entrevistei o Jacques Távora Alfonsin, acho que muitos de vocês vão saber dele e o conhecem. Ele cumpriu um papel muito importante – aliás, não tenho tempo para lembrar o Plínio de Arruda Sampaio. Mas o Jacques cumpriu um papel superimportante, quando falei com ele sobre o início das lutas no Rio Grande do Sul, como foi visto pelo Movimento, ele me chamou e falou: “a gente, como advogados populares, foi vista como tarefeiros”. Tem uma mudança profunda. Para fazer alguma coisa com terras devolutas, como há a tendência de ver os movimentos, como eles caracterizam, como baderneiros etc., também tem uma tendência de selecionar. Aquele caso de Matão como propriedade produtiva era um caso de uma usina que tinha dívidas trilionárias com o governo e que tinha violado os direitos trabalhistas e que tinha violado leis ambientais – Pontal do Paranapanema. Estamos falando de terras devolutas, de uma determinada categoria. Então é ela que simplesmente vamos ocupar, tem um elemento de seleção. Ou aquele caso, exatamente, da propriedade produtiva, assim, em São Paulo.

Então eu vou fechar aqui dizendo que eu acho que tem, e o próprio livro fala disso, o desenvolvimento de ocupações, o desenvolvimento de casos jurídicos, o desenvolvimento de comentários sobre as implicações para as questões de terra, o desenvolvimento do conceito de função social da propriedade e o desenvolvimento, mesmo que muito difícil, de uma concepção do que eu chamo de ofensiva jurídica. Quer dizer, você não simplesmente faz aquela coisa de tirar pessoas da cadeia, que é importantíssimo, mas você tem uma visão do que o Direito pode, as brechas, vamos dizer, na lei. Por isso, é importante uma reunião dessas, com intercâmbio para entender essas questões. Eu não sou perito nessa área, eu estou constatando mais à distância, mas é muito, muito, mui claro. E é uma transformação qualitativa e substantiva importantíssima: o que chamo de um casamento entre o desenvolvimento de novas ideias de Direito que tenta abordar a questão de injustiça social. Então, os movimentos sociais estão empurrando isso para frente. Tem muita evidência sobre isso. Vou acelerando.

Mas a gente não pode ter ilusão, porque que é um debate difícil. Porque fazendo uma ofensiva, posso chamar de uma categoria de ofensiva jurídica, é dizer que não vou esperar para deixar a mim, eu vou pensar como eu posso empurrar em uma certa direção, com certas estratégias e táticas determinadas. Porém, isso leva a um custo político muito alto e, aí, você remete à questão de que temos a posse, quais são as condições, esses são outros cálculos muito complicados. Então, às vezes, uma ofensiva jurídica pode levar a um espécie de defensiva política, porque você fica atacado mesmo.

Eu vou dar um exemplo disso: em 2000, Belisário Santos Junior, que era o secretário de justiça do Mário Covas e tinha jogado um papel de forma bastante positiva no Pontal do Paranapanema, falou uma coisa sobre ocupações produtivas, quando eu o entrevistei e ele me disse: “hoje o movimento social está tomando o rumo na direção da invasão de terra produtiva. A luta desse tipo acende uma luta muito mais ideológica ou puramente ideológica no campo, ao invés de uma que é realmente sobre a terra”. Eu discordo dele. Quer dizer, a um nível ele tem razão: polariza – nisso ele está absolutamente certo. Mas quando você olha aquela ocupação, você vê a maneira, primeiro, em que é trabalhada cuidadosamente, porque isso é um elemento; e outro, naquela época – que é diferente de agora, da gente constatar essas diferenças – aglutinou trabalhadores rapidamente. Quer dizer, existia uma demanda e o movimento canalizava essa demanda de

uma forma muito efetiva etc. E outra coisa: dizer que esse é o tipo de luta difícil, enquanto o outro sobre terra devoluta é fácil, bom, não é. A fazenda que foi ocupada 23 vezes, antes que o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e o INCRA se apropriassem daquilo, era um caso *opening chat*, era aberto e fechado, juridicamente, as decisões jurídicas já tinham sido tomadas. Então, era óbvio, mas mesmo que óbvio, tiveram que ocupar 23 vezes, algum número assim. E mesmo assim tiveram que compensar as benfeitorias.

Acho que vou fechar já. E eu poderia falar sobre a judicialização da política, mas não tenho tempo para falar sobre isso aqui agora. E eu poderia falar sobre *judicial review* na Inglaterra, mas não vou, porque acho que vocês estão dispersando etc. Paro aí ou vocês querem que eu continue? *Ok*, vou parar aí.

Eloísa Dias Gonçalves (mediadora): Mais uma vez, obrigada, professor, pela excelente conferência. E agora podemos abrir para perguntas e comentários e acho que a gente pode fazer em blocos. Então, quem quiser, só levante a mão para gente ir organizando.

Daniele Regina Pontes: Bom, em primeiro lugar, obrigada pela palestra. Eu ia te perguntar, na pesquisa, o seguinte: eu trabalhei com o INCRA, mais ou menos no ano de 2000 a 2005, e algumas mudanças, para mim, provocadas em grande medida pelas questões trazidas pelo movimento social, elas são perceptíveis agora. Por que estou dizendo isso? Quando nós estávamos trabalhando, ainda sob o governo Fernando Henrique, a discussão de quantidade nos assentamentos era importante, porque o INCRA determinava para nós que, se houvesse uma terra com capacidade de suportar um número de famílias, por exemplo, 50 famílias numa determinada área, mas ali estivessem 150 em função do acampamento, havia a necessidade – uma força – de empurrar 150 famílias sobre aquela área e é evidente que isso, com o tempo, significava evasão. E é um resultado perverso para aquelas famílias, porque elas não poderiam entrar novamente no programa de reforma agrária. Então, teve um grupo de pessoas que não entrou novamente, ou pelo menos durante um período, no programa de reforma agrária, porque ficaram impossibilitadas justamente pelo tipo de programa que se fez. Então, aqui uma questão importante: que existam

retrocessos, também acho e concordo contigo; mas a forma como a política foi efetivada foi cruel para o que a gente tem hoje, o quadro que a gente tem hoje, dessas impossibilidades jurídicas, inclusive. Esse é um ponto. A outra questão que eu ia te perguntar é: no tempo, como tu percebes essas diferenças? Porque, em um estudo recente apresentado na semana passada no Congresso, um palestrante disse que nós temos menos de 30 decisões dentro Supremo Tribunal Federal falando de cumprimento de função social da propriedade, agora de cinco anos para cá menos de 30, mas essa discussão estava dada em grande medida lá atrás quando dois pontos apareciam muito claramente a partir das disputas do Movimento Sem Terra. Por exemplo, no Pontal do Paranapanema, mais ou menos, no ano de 2005 ou 2006, surge uma questão para o judiciário resolver é que a seguinte: ao desapropriar uma determinada área surgem 17 pretensos proprietários de terra com títulos de terra nas mãos. Isso, na minha leitura, significa evidentemente um questionamento sobre o regime proprietário no Brasil. O regime proprietário, necessariamente, a gente tem que ter registrado no registro público. Se eu tenho 17 títulos, evidentemente no mínimo 16 forjados, de proprietários de terra, significa um questionamento, portanto agora em um país de possuidores, sobre o pressuposto proprietário. Como eu tenho um pressuposto proprietário? E não estou falando da questão econômica nem social, aqui, estou falando da jurídica mesmo. Então, isso surge onde, surge quando? Surge, agora, para o Direito. E é esse o tipo de questionamento. E aí falaste também muito da questão da produtividade, que estava dada, de certa forma: aquela terra é produtiva, portanto, ela não é objeto de disputa. Mas quando o movimento pressiona: sim, a terra é produtiva, mas a que preço? É produtiva com trabalho escravo, é produtiva com trabalho precário, é produtiva contaminando o solo, é produtiva degradando, é produtiva como? É produtiva para quê? Então, essas questões me parecem que, no tempo – e aí eu queria justamente colocar se na tua pesquisa esse foi um objeto de estudo no tempo – que tempos são esses? Portanto, para gente observar essas frentes difíceis, mas que muitas vezes a gente não observa imediatamente uma resposta, mas é que, no tempo, a gente tem uma mudança talvez. Também, sou um pouco otimista no sentido de pensar que há uma provocação de mudança, mas talvez para uma geração posterior.

George Andrew Mészáros: Eu vou ser sincero com você: esse foi um estudo qualitativo e remete àquela coisa que eu falei dos sentidos de perspectiva. Então, para mim, não só como pesquisador, mas também como observador, como leigo,

como pessoa que pode ler o jornal, seria bom exatamente poder ter um senso, exatamente a importância de um intercâmbio. Porque estou aqui para aprender, para me atualizar sobre o que está acontecendo. Vou ser absolutamente honesto com você: eu não sei. Mas eu não sei – e é essa a pergunta que eu estava levantando antes: muitas vezes é difícil de saber, você sabe uma coisa que acontece em uma região, você sabe uma coisa que acontece em outra. Esse livro não faz esse tipo de coisa, porque esse livro, em parte, foi fruto da ideia de que se achava que esses movimentos eram puramente baderneiros, então era outro objetivo, de contestar isso e fazer com que as pessoas valorizassem esse tipo de trabalho e tivessem um elemento maior de conscientização sobre o que é. Então, a minha visão é limitada e alguém vir e falar se é isso aqui e isso aqui é positivo e é negativo, eu agradeço. Eu não sei se isso é uma resposta justa a sua demanda, mas é assim que eu sinto. Então, o número de casos do Supremo Tribunal, como foi trabalhado, essas são coisas que você tem que discutir com o movimento, discutir com outras pessoas.

Diego Augusto Diehl: Eu sou Diego Diehl, sou doutorando em direito da Universidade de Brasília, me graduei aqui nesta casa e, primeiro, comentar que isso aqui na minha época de graduação era impensável, botar essas bandeiras aqui na frente e poder discutir sobre essas questões nesse espaço, que é um espaço de poder, da faculdade de direito da Universidade Federal do Paraná, acho que é muita coisa o que a gente está fazendo aqui. E, bom, primeiro queria te parabenizar, gostei muito da sua abordagem do tema. Agora, eu queria, em primeiro lugar, te perguntar o seguinte: em relação a esse tema da corrupção, que eu comungo contigo a sua visão, a explicação não é simplista e não vai por aí e você colocou a questão da correlação de forças que eu concordo, só que até que ponto a própria questão da corrupção não está relacionada com o tema da correlação de forças? Por quê? Porque nós temos uma questão fundamental que é: não é que a reforma agrária não saia no Brasil por causa da corrupção, mas a terra é concentrada no Brasil também por causa da corrupção. Porque nós temos esse fenômeno maravilhoso brasileiro da grilagem de terras, esse nome que é próprio dessa realidade. E por que isso acontece? A grilagem de terras está relacionada com uma estrutura semifeudal no registro de terras no Brasil, que é dominado pelo poder judiciário estadual. E o sistema jurídico brasileiro, desde a época da Colônia, depois Brasil República Velha, etc., nós temos um federalismo conservador, dominado por oligarquias locais, que dominam o poder judiciário, e aí isso nos remete ao tema que acho que é importante, hoje, para o IPDMS, que é o tema das agendas de pesquisa. E eu queria te perguntar mais especificamente isso, porque nós, enquanto IPDMS, Instituto que se propõe a trabalhar junto com os movimentos sociais, muitas vezes nós nos dedicamos a estudar os movimentos sociais e acho que isso é fundamental. Agora, ao mesmo tempo, os próprios movimentos sociais vão nos dizer o quê? Que nós precisamos

que vocês estudem os nossos inimigos e o que está acontecendo? Acabou de sair uma pauta de propostas de reformas estruturais de vários movimentos sociais brasileiros e uma das reformas estruturais é a questão da democratização do poder judiciário. Então, é um tema fundamental. Mas aí queria te perguntar, considerando esse espaço aqui, que é o IPDMS, articulação especialmente de acadêmicos também de militantes de movimentos sociais de várias áreas do conhecimento, que querem contribuir na produção de conhecimento para fortalecer essa causa: que tipo de agendas de investigação de pesquisa que você acha que poderiam contribuir para tornar um pouco mais visível essa realidade que a gente tem? Seria isso.

George Andrew Mészáros: Uma área de pesquisa que eu acho muito interessante é a da questão dos índices de produtividade. Quando a gente pensa Lula em um avião com um chefe do INCRA dizendo: “poxa, por que você não me falou, você não lembrou quando eu falei para as pessoas que vamos atualizar os índices”, porque não são atualizados exatamente por essas correlações de força. Eu não sei se tem maneiras. É um debate que eu tenho que aprender quais são, porque eu não sou advogado daqui. Quais são as brechas, será que o MAPA pode ser juridicamente processado por ingerência? Uns 30, 40 anos que não atualiza. Existe uma brecha aí em termos dos índices? Politicamente, a gente sabe não existe, estou perguntando se juridicamente existiria alguma coisa que poderia ser feita. Um ministério pode simplesmente sentar e dizer: “eu falo não”? É assim, acabou o assunto? Mas qual é o peso que esse direito administrativo – que esse ministério tem – tem em relação à questão da reforma agrária mais globalmente? Eu estou aqui muito para aprender. Eu vou falar uma outra coisa sobre a questão de pesquisar os seus inimigos ou o outro lado, que eu acho muito importante. Eu também ouvi o Stédile falar tudo isso: “puxa, para de pesquisar a gente, faz uma outra coisa aí”. Eu falei para ele – ele não falou para mim pessoalmente isso, mas eu falei para ele depois. Eu escrevi, a um certo ponto, para uma bolsa do grupo Santander – 25% do grupo Santander está no Brasil, 25% do grupo mundial, 25, 27, depende, e eles me deram uma bolsa para ver, bom para o inglês ver (*absolutely honest*)... Bom, eu pensei: vamos nessa! Aí chega o chefe mundial, é um espanhol, enfim, um bilionário, acho que ele morreu, mas, enfim, eu dei uma carta para ele dizendo que eu gostaria de fazer uma pesquisa e era em cima da crise financeira e a questão do que se chama *land grabbing*; a aquisição de terras etc. E eu tinha uma tese, qual era a tese? Quando a rentabilidade dos bancos e o sistema financeiro cai, na Europa, o que você faz? Você procura – aliás estão fazendo,

copiando o mercado de ações – você procura outras fontes mais rentáveis. E qual é uma fonte rentável? Terra. Então, eu queria ver, mas eu voltei, foi uma carta bem delicada, e ele falou: “bom, está bom”. Bom, chega no Brasil e o que acontece? Vetado. Eles falam da transparência etc, e eu não sei o que esse banco faz em relação à terra, a questão da aquisição da terra e a relação entre a terra e em que grau... Ariovaldo Umbelino tem bastante ceticismo a respeito dessa tese de que a terra está sendo apossada etc. e para investigar é muito difícil, porque exatamente você tem registros que são precários. Mas eu acho uma área interessante de pesquisar, agora há resistências e talvez eu até tente de novo. Outra coisa, quem faz isso talvez não seja o Santander, mas seja mais o banco Rothschild. Rothschild é um banco que emprestava para os governos, quando os governos, em séculos passados, precisavam ir à guerra, eles iam para os Rothschild. O problema é que o Rothschild é uma caixa preta, por isso que nem tentei, de jeito nenhum que eles não vão me permitir. Mas eu acho que estou dizendo para você é que eu acho que é uma pergunta boa e a gente, exatamente, tem que ver como você faz. Talvez eu teria jeitos de fazer esse tipo de coisa. E outra coisa, por exemplo, seja o intercâmbio. Por exemplo, dizendo: eu pesquiso lá, alguém vem aqui, ao invés de eu ter que vir para cá, alguém mais vai fazer. Estamos na idade da internet e as possibilidades são extraordinárias. Eu pude pesquisar um artigo da “Folha de São Paulo” de 1986 e eu achei na internet, alguma coisa assim. Então, para mim, a ideia é de, primeiro, conversar essas coisas aqui, porque eu tenho que aprender agora, porque eu sou um pouco desatualizado. Mas tem campos e aí surge a questão: como que você monta isso, quão grande seria uma equipe, você consegue fazer sem dinheiro, quais são os alvos, como você monta metodologicamente, quais são os alcances? Porque você fala de visibilidade, mas muitas vezes as coisas são visíveis, mas tem outras coisas que entram em jogo e ocultam isso. Mas, por exemplo, do meu lado: *land grabbing* seria uma coisa que eu poderia dizer lá, porque, se tem de verdade, se existe *land grabbing* e se firmas britânicas ou companhias britânicas estão fazendo esse tipo de coisa – e aí detonando com as possibilidades de reforma agrária indiretamente – é uma coisa que pode ser constatada lá e trabalhada lá, não sei se isso responde a sua pergunta.

Sonia Fátima Schwendler: Eu sou a professora Sonia, Setor de Educação, trabalho com os movimentos sociais há muito tempo e minha questão se relaciona muito, se refere à discussão que você faz da correlação de forças, a questão da importância da pressão dos movimentos sociais. Eu queria trazer isso com relação à importância

do direito à educação e olhar, também, como que isso vai se dando nesse processo. E aí eu acho que um dos exemplos que a gente pode ver aqui – e foi trazido – é a conquista de um curso de direito, aqui na universidade, que é justamente assim. Eu acompanhei, eu participei da construção do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, da coordenação nacional, que a gente começou em 1998, onde a gente, na época, discutia a educação enquanto política pública voltada para a necessidade de educação de jovens e adultos enquanto direito e aí a gente foi indo para a necessidade de formação de professores, tanto que a gente começou a formação de cursos superiores pela formação de professores, e até então não era um problema. Agora, quando se entra nas outras áreas – da agronomia, da veterinária e do direito (no direito, quando foi em Goiás) – era a maior polêmica. Houve toda uma criminalização, se questionava que isso não era justiça, porque se privilegiava um grupo, aí se entendia que era um privilégio, então. E a outra questão que é interessante, também dentro da academia: eu lembro que quando a gente também começava a discutir a questão da educação do campo aqui no Brasil – hoje já é uma questão que está mais dada –, eu lembro que é como se isso fosse questionado, como se fosse pensar na especificidade, na singularidade de uma população, para você pensar em direitos no sentido de dar conta de uma dívida histórica do país, você acabasse, com isso, fazendo com que se questione em nome da universalidade, como se quebrasse a ideia da educação universal do direito à educação universal, é que nem quando você discute a questão das cotas raciais dentro da universidade. Então, queria que você comentasse um pouco essa relação também, quando se discute a questão da reforma agrária. Então, você tem, por um lado, a luta pela terra, mas tem um conjunto de outras lutas e elas também são criminalizadas, principalmente quando elas entram no questionamento da questão central, que passa pela correlação de forças. Obrigada.

George Andrew Mészáros: Agradeço por ter lembrado porque estava aqui também, mas eu cortei. Para mim, isso é um outro exemplo de uma grande conquista. Eu sei que ficou muito polêmico e, aliás, eu acho que não sei como a gente fala de uma postura lastimável que houve em termos de uma resistência a uma coisa dessas. De novo, aquela coisa, vamos dizer talvez por uma espécie de pentelhismo técnico mas claro ideológico, de achar um jeito de resistir etc. Mas eu soube muito pouco sobre isso, soube que houve polêmicas. Achei importantíssimo, eu não tenho sentido dos números do porte, também da sustentabilidade, no sentido de um prazo longo, seja em termos de apoio político dentro da universidade, das reitorias, das políticas que você tem que costurar para fazer esse tipo de coisa. Ou seja, em termos de como é bancado, não sei qual é a forma em que isso é bancado seja pelo

governo, seja por fundos de amparo, não sei como essas coisas são realizados. Não sei mais o que dizer sobre esse assunto. Para mim, mais um exemplo de uma mudança, a pessoa acho que acabou de sair, mas que ele tinha falado: eu graduei aqui e era impensável. Isso era impensável. Agora, eu consegui saber quais são as expectativas de vocês em termos dos resultados que isso pode dar e também de manter isso, porque muitas vezes existem pessoas que fazem uma graduação e daí eles saem e aí eles têm que fazer aquela escolha entre compromisso político e sobrevivência, e como eles individualmente administram esse dilema ou esse problema.

Luiz Otávio Ribas: Boa noite. Boa noite para todo mundo, queria cumprimentar, eu sou Luiz Otávio, doutorando da UERJ, do Rio de Janeiro. Bom, a minha pergunta começa com uma contestação em relação a essa ideia de promessa, promessa constitucional da reforma agrária. Então, já fazendo a pergunta para depois explorar essa contestação, eu queria entender melhor como você relaciona o direito com isso que você chama de correlação de forças, para fazer essa análise bastante otimista sobre as potencialidades do direito. Então, minha pergunta é basicamente sobre como você relaciona a pressão dos movimentos sociais com o aproveitamento do potencial reformador ou transformador do direito. E aí a contestação vai ser bastante breve: eu estou convencido de que esta dita promessa constitucional é, no mínimo, mentirosa ou se ela não é mentirosa é esperada, na conjuntura atual. Por exemplo, esse exemplo que você deu de supervalorização pelo judiciário do valor do imóvel para desapropriação. As propostas de emenda popular do Plínio de Arruda Sampaio, da Associação Brasileira de Reforma Agrária, no contexto da constituinte de 1987, sequer foram analisadas no contexto da Constituinte e a proposta aprovada foi a proposta do centrão que, na época, o Ronaldo Caiado da UDR chamou da “derrota da reforma agrária”, na Constituinte de 1987. Então, aquele momento que você falou da permanência do governo militar para o governo democrático acho que se explica um pouco por essa transição controlada por esses agentes. Então, como falar em promessa constitucional de reforma agrária nesse contexto de correlação de forças? E aí a explicação sobre o conceito de direito que você está usando. Obrigado.

George Andrew Mészáros: Boa pergunta. Olha, eu não sou, no sentido que você colocou, otimista. Eu acho que temos essa impressão, mas não sou pessimista, *ok?* Temos a expressão em inglês *the jury is out*, o jurado está fora. Essa é uma questão que tem que ser comprovada na prática e, para mim, na minha ótica, vejo como brechas, não é? Formas de intervir e empurrar. Não é otimismo, vamos dizer. Mas eu vejo em termos dos movimentos – e os movimentos exploram essas brechas, não assim é que se fala? Eu acho importantíssimo. Mas não vejo, por exemplo, o campo jurídico – é isso que eu falei no final, que não ia falar de judicialização da política – eu não vejo, por exemplo, um campo jurídico muito substituído pela atuação dos movimentos. E a realidade eu tratei ao início. Falei que o campo objetivo que temos das coisas que os movimentos estão enfrentando é muito difícil, não tem um jeito de se esquivar disso e, de certa forma, você poderia dizer que, em função disso, estou até dizendo que certas oportunidades, ao invés de exploradas, aí estão, por enquanto, diminuindo, em função exatamente dessa correlação de forças, porque literalmente o mais difícil é impor sua vontade. Agora, o que mudaria esse quadro? Bom, tem o elemento dos movimentos sociais, mas eu acho que outras coisas vão ter – e isso é uma opinião pessoal –, mas outras coisas vão ter que entrar em jogo. E isso inclui não só a pressão, mas o próprio sistema que se submina, a crise de 2008 é um bom exemplo de que as pessoas dirigiram o sistema temporariamente. Vou dar um outro exemplo em relação a isso, mas é um sistema que praticamente estava à beira de uma grande falência, podemos chamar de falido, mas é uma grande falência. Um grande problema, por exemplo, dos movimentos na Europa. Vou fazer um quadro comparativo para vocês: qual foi a conclusão a que se foi levado com a crise de 2008? É a ideia de que o estado tem que ser reduzido. Eu posso querer que tenha uma outra visão, que *occupy*, um movimento, fosse mais forte do que os 1%. E houve coisas boas na Espanha, houve coisas boas, marchas em Londres, houve protestos na Grécia etc. Aliás, não esquece, houve mudanças na Grécia também. Mas a conclusão, na Inglaterra, é uma aceitação, em grande parte, da lógica de que você tem que diminuir o estado, enquanto foi o estado que entrou para salvar o capital particular. Então isso é uma coisa, é um assunto que, de certa forma, foge um pouco do alcance de movimentos. Eu não vejo que a gente pode querer que seja diferente etc. Tentar e vai e volta, tem que tentar etc. Quando eu vejo, eu escrevi um artigo sobre uma área que se chama *macroprotection regulation* que é basicamente como eles vão evitar a próxima crise. Resumindo: você desenvolve um sistema financeiro com capacidade de intervir etc. Olha, para mim isso é muito claro, é ilusivo, *macroprotection*

regulation é o país das maravilhas, isso não vai resolver, não pode, porque certos elementos são intocáveis: o crescimento é intocável, o lucro é intocável. Essa ideia dos *regulators*: será que eles eram cúmplices? Um elemento: era tecnicamente difícil para eles controlarem isso a um nível puramente técnico, porque é um sistema tão criativo, é um sistema que, aliás, o sistema vai procurando brechas. São juros que foram manipulados por bancos aos níveis mais altos, porque eles sabem o que eles podem fazer, você pega uma coisa, você pode fazer um grande lucro com uma pequena fatia. Hoje em dia, você faz *tradic* em microssegundos, então é um sistema que procura todos os buracos. Olha, eu acho que a gente tem que fazer em outro sentido, mas tem um porém, eu acho que é um sistema em si, a gente está falando de outras coisas, de um sistema instável. A ideia é que isso vai perdurar e pode perdurar. Para mim, eu lembro das pessoas falando da União Soviética, isso vai durar para sempre e bláblá, mas tem que voltar, era aquela coisa que falei ao início, a sustentabilidade. Claro, há um nível é um corte difícil, há um nível aqui, na Europa, na Inglaterra, é difícil, é um elemento de sustentabilidade, mas quando você olha as linhas mais profundas você vê um acúmulo de problemas. É um acúmulo de problemas, sejam ambientais, sejam de estabilidade, de governabilidade, de emprego, sejam de qualidade de vida. Na Inglaterra, a gente hoje chama de classe média, nos Estados Unidos você tem um declínio de salários dos trabalhadores secular, durante 30 anos vai fazendo isso. Como que você resolve isso? Você se endivida. Como que você pode manter o poder aquisitivo? Você vai se endividando. Olha, de certa maneira não há resposta a sua pergunta, mas também, ao mesmo tempo, tem a ideia de que tem que exatamente olhar para o outro lado e as fraquezas e fragilidades, fragilidades estruturais. Eu acho que as fragilidades dos movimentos sociais são pífias em comparação com as fragilidades do sistema. É um sistema incrível, tem uma pujança, tem uma capacidade de dinamismo e tem uma capacidade e uma criatividade. Houve uma negociação entre os *top* para manterem o controle etc. Mas eu vou te dizer, eu olhando, fizeram uma espécie de acordo que mantém, mas para mim isso não é solução. E, francamente, a pressão vai aumentar. Eu vou falar das universidades lá: salário meu congelado para vários anos, filha que talvez vá para universidade, mas agora, se ela quiser ir para a universidade vai ter pagar 9 mil libras ao ano. Então, a geração que vem é muito difícil. Você tem arrocho agora. Aposentadoria: as regras de aposentadoria estão sendo mudadas. Isso é uma solução para o capital. Mas em outro nível: é um grande problema para o capital, por que quem vai consumir? O endividamento, especulação etc. são espécies de hibridização do estado que fica cada vez mais

complicado. A gente tem uma perversidade de ter nacionalizado, estatizado os grandes bancos – vai para os Estados Unidos, *City Bank*, vai para Alemanha, vai para Itália, vai para Grécia etc., você vai estatizando – mas vamos estatizando com a ideia de que o estado não deveria estar aí intervindo. Quer dizer, múltiplas perversidades que vão se acumulando. Quer dizer, o quadro, para os movimentos sociais, eu acho difícil, não tem jeito, essa é minha análise pessoal. Mas o quadro do capital, paradoxalmente, eu acho extremamente problemático, independentemente dos movimentos sociais. China, que importa produtos da agricultura daqui, tem crescimento de 7,44%, sustentável por quanto tempo? Tem uma bolha imobiliária lá enorme, tem maneiras de corrupção, que são absolutamente extraordinárias, e o governo chinês tem um problema: desemprego, tudo que você mexe, eles conseguiram mexer. Também é difícil fazer pesquisas lá, gostaria de fazer pesquisa mas não falo a língua etc. Inúmeros problemas e esses problemas simplesmente vão acumulando. Aí se coloca uma outra questão em termos de alternativas, de perspectivas estratégicas, não sei, é uma resposta bem parcial a essa pergunta.

Alexandre Bernardino Costa: Boa noite, para quem não me conhece, eu sou o Alexandre, professor da UnB, conhecido como ABC. A minha fala é um pouco como a fala do Luiz. Você respondeu muito bem a colocação, complexificou bastante a análise, mas eu queria apontar um pouco para o âmbito do nosso Instituto de pesquisa, para a educação jurídica e para a pós-graduação. Porque, assim, eu ia até te chamar de otimista, mas não vou fazê-lo, diante do fato de que você disse que não é. O que eu vejo com muito, não vou dizer pessimismo também, mas a questão não é ser otimista ou ser pessimista, a questão é como a gente consegue fazer uma análise que te permita caminhos possíveis para a pesquisa e para a pesquisa feita do modo que a gente está querendo fazer. Então, a gente tem um quadro a ser desenhado. O quadro a ser desenhado são mais de 200 cursos de graduação no país e a gente tem perto de conseguir fazer esse tipo de coisa aqui, de fazer a turma especial em Goiás, fazer a turma especial aqui, fazer a turma especial no sul da Bahia, na Universidade Estadual da Bahia, a gente tem o mérito de fazer alguns congressos em que a gente consegue fazer a discussão de algumas teorias bastante relevantes, seja em Vitória da Conquista, seja em outros lugares onde há ilhas de possibilidades, mas quais são ilhas, porque a gente tem 1.200 cursos no país que têm um número muito maior de estudantes, muito, mas é um número inestimavelmente maior de

estudantes onde não se permite que a gente faça a discussão, onde nem sabemos da possibilidade de fazer essa discussão. Lembro que fui dar uma palestra uma vez, em Presidente Prudente, Pontal do Paranapanema, sobre movimentos sociais e direito. Aí cheguei lá, fui interpelado por um professor da casa, delegado de polícia, que me disse que movimento social era outra coisa, o MST era movimento criminoso. Delegado de polícia fazendo isso, cometendo crime, prejulgando. Foi esse mesmo, simpático. Mas a questão é que os espaços de reprodução desse saber e de reprodução do conhecimento vêm sendo precarizados por uma série de fatores, essa é uma delas. A segunda delas são os critérios da pós-graduação, os critérios da pós-graduação fazem com que a gente tenha determinada pauta de pesquisa. A gente evoluiu muito na pós-graduação em direito nos últimos anos, a gente tinha critérios que eram absolutamente personalizados, eu publicava na sua revista, você publicava na minha revista, e a gente fingia que estava publicando com qualidade no Brasil afóra. E hoje em dia temos um sistema de classificação dos periódicos, esse sistema de classificação nos obriga a publicar nesses periódicos, os quais não têm por pauta os movimentos sociais. Evoluiu em um sentido, mas tem um critério muito complicado que é essa discussão do ponto de vista epistemológico, teórico e de pesquisa não é aceita nesses âmbitos normalmente e não é aceita nem na bibliografia. Por exemplo, tem uma discussão, inclusive nos Estados Unidos que é feita, pouca gente, sobre os critérios “qualis” de lá. Por quê? Porque se você vai publicar sobre novo constitucionalismo latino-americano, você não tem nas revistas qualificadas nos Estados Unidos para publicar sobre isso, porque eles não consideram, nas revistas qualificadas, isso um objeto de pesquisa sério. Do mesmo jeito que, quando a gente vai falar sobre a participação de estudantes em assessoria jurídica popular no movimento das quebradeiras de coco no Maranhão e fazendo com que essa pauta possa discutir cidadania e emancipação das mulheres, não é necessariamente a discussão que vão querer que sejam feitas nas revistas. Estou colocando o problema para a gente poder pautar, porque a gente tem que traçar estratégias, no IPDMS, para poder colocar que, olha, a gente tem pesquisas e a gente tem que decidir quais são nossas pautas – temos que decidir com a gente mesmo quais as nossas pautas com os movimentos sociais, quais são as possibilidades de perspectivas epistemológicas e assim por diante – e como é que a gente vai furar esse bloqueio: existem formas de furar. São dificuldades que se colocam: a gente tem uma massa de estudantes que se reproduzem dessa maneira, essa massa de estudantes ela vai ocupar os cargos de professores e vai ocupar o cargo de operador do direito, porque amanhã o juiz, o promotor,

o delegado não são necessariamente os que são formados aqui, por causa do número dos que são formados lá ou, então, eles são formados aqui com manuais, manuais da pior qualidade possível onde tem a explicação tautológica da legislação: a lei dita com outras palavras. E aí isso cai como memorização nos concursos públicos e é tido como o grande aprovado nos concursos. É o cara que está apto a ocupar um concurso e não uma pessoa que faz uma reflexão dos movimentos sociais. Então, complexificando a análise também, para gente poder ver caminhos possíveis: como é que a gente vai discutir juntos essa possibilidade?

George Andrew Mészáros: Eu concordo com o que você diz e eu acho essas tendências nefastas. Infelizmente, acho que, em bastante grau, são pessoas que foram para Inglaterra, Estados Unidos, para ver qual é o modelo... Olha, eu vou falar do meu departamento, que está propondo que você só pode publicar nessas revistas. Vou te falar: universidade, intelectual, pesquisa, pode ser de compromisso, sem compromisso, etc., mas um elemento que eu acho importante também, seja você uma pessoa que tenha compromisso ou não, é também a curiosidade. E o que eles estão desenvolvendo é uma estratégia que eu chamo de aversão a tomar risco, aversão, recusa de tomar risco intelectual. Eu vou te dar um exemplo: “não, George, para que ficar pesquisando o MST?”. Eu falei: não, eu acho importante e eu não vejo um campo financeiro”. Você imagina a ideia de que é você ser forçado nessas direções. Então, são questões que nós não temos a resposta a isso, mas eu acho a fala e o intercâmbio – talvez por exemplo solicitando artigos e colocando em jornais internacionais ou vice e versa, então jogando – essas são técnicas que eu acho que podem ser tentadas. Mas é muito claro que tem uma redução de margem de manobra, o que eu falei do dilema dos estudantes que se formam e aí eles têm que ter aquela difícil decisão entre o trabalho e o compromisso. Então, essas são questões reais. Bom, mas não quero ser pessimista, vamos dizer. Temos que procurar ver os espaços onde você pode trabalhar. Por isso, por exemplo, eu falei de uma apresentação que eu não fui, na BRASA, e era, eu acho que era 99 páginas, cada um tinha 4 encontros e cada encontro tinha 4 pessoas. Mas eu fiquei sabendo que muitos desses encontros tinha 4 pessoas, falando as 4 pessoas. É a mesma coisa, *ok*? Claro que você pode fazer um turismo, mas eu decidi não ir e eu liguei para um amigo e eu falei para ele: “bom, isso é o estado do campo de pesquisa?” Mas numa área como *Brazilian Studies* é meio que complicado, *Brazilian Studies* é que nem uma espécie de salada de tudo, pode ser antropologia, pode ser

direito, pode ser isso, pode ser aquilo. *Brazilian Studies* é complicado como ideia. Eu acho a resposta a isso exatamente a criação de um Instituto como esse, que pensa e fala: “não, temos que achar alternativas”. Tem um belo ditado, não sei se vocês têm aqui nesse país: “a necessidade é a mãe da invenção” (*necessity is the mother of invention*). E nesse sentido – vou acabar aqui – eu acho que sou otimista. Por quê? Porque ou a gente acha um jeito de achar alternativas, sem romantizar as possibilidades, ou a gente desiste. Como se chama: otimismo da vontade e pessimismo do intelecto? Nesse sentido, eu sou otimista, mas francamente otimismo é um estado de mente e a gente tem que confrontar com a realidade. Eu acho um congresso desse tipo e outros muito importante, pelo o intercâmbio. Não é, vamos dizer, um intercâmbio como o que é empurrado agora, hoje em dia. Tem um grande investimento do Brasil mandando pesquisadores na área de ciências naturais para Inglaterra ou para cá. A gente tem que, exatamente, desenvolver próprias agendas e tem os problemas com verbas etc. Tem que ser criativo. Eu acho, por exemplo, que quem financiou isso é a CAPES, isso é um *well done*, parabéns. Essas são coisas a que vocês foram atrás, eu acho ótimo. Então, eu, nesse sentido, me comprometo e acho que pode ser essa coisa de se comprometer e ser realista. E, nesse sentido, por exemplo, eu não acho, quando eu falo de uma mudança, que você constata certas coisas, mas sim que você tem que colocar em perspectiva, porque, de fato, é difícil. Mas também eu acho quase o outro lado mais difícil do que muitas vezes a gente imagina, é só quando tem um colapso que a gente tem uma percepção de que tem uma coisa estruturalmente errada. Tinha que ser alguém que estava posto na União Soviética, antes. Você tinha boas razões para ser pessimista, mas alguma coisa vai mudar. Claro que o que aconteceu na Europa, em termos de uma resposta à crise, foi aquém, não foi o futuro que a gente queria e a gente vai ter que desenvolver todas as ferramentas e também perspectivas estratégicas também, porque isso é um elemento que muitas vezes está faltando, houve um esmagamento. Também quando você vê a questão com o PT, isso é uma realidade nossa com o Partido Trabalhista. Nosso Partido Trabalhista é complicadíssimo, sabe, se você pegar um fio de papel de cigarro, talvez se você empurrar bem fortemente, você separa os partidos. Quem introduziu educação paga para os estudantes não foram os conservadores, foi o Partido Trabalhista. Os conservadores falaram, bom, vamos aumentar, quem introduziu? Os conservadores começaram, mas quem realmente bombeou? Porque achavam uma maneira de construir hospitais sem aumentar impostos e emprestar no mercado ou fazer uma espécie de habitação, quando você faz um empréstimo de longo prazo, mas a

gente vai pagar. A gente tem uma expressão, não sei como traduzir: quando as galinhas voltam para casa para dormir. Essas são galinhas bem atômicas. Bem, enfim, nesse sentido, a gente que ser otimista senão a gente desiste.

Referências

MÉSZÁROS, George. *Social Movements, Law and the Politics of Land Reform: lessons from Brazil*. Oxford: Routledge, 2013

MÉSZÁROS, George; BRIDGES, Lee; SUNKIN Maurice. *Judicial Review in Perspective*. London: Cavendish, 1995.

Sobre o autor

George Andrew Mészáros

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Warwick (Inglaterra). Doutor em Sociologia pela Faculdade de Economia de Londres.

